



Comissão do Senado apura supersalários no poder público

De acordo com Renan, é inadmissível que, por falta de vigilância, existam agentes públicos no país ganhando mais de R\$ 100 mil por mês

Foi instalada ontem pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, uma comissão que terá 20 dias para investigar os salários acima do teto constitucional que estiverem sendo pagos a funcionários e agentes públicos dos três Poderes. Atualmente, o valor máximo é de R\$ 33.763 — o salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal. De acordo com Renan, depois de identificados os supersalários, a ideia é criar uma regra para evitar que valores exagerados voltem a ser pagos pelo poder público. A relatoria da comissão ficou com a senadora Kátia Abreu. **3**



Jane de Araújo/Agência Senado

A senadora Kátia Abreu discursa durante a instalação da comissão especial do Senado que apurará o pagamento de salários superiores ao teto constitucional



Jane de Araújo/Agência Senado

Segundo Renan Calheiros, Lei de Abuso de Autoridade, de 1965, é ultrapassada

Legislativo deve ouvir Procuradoria e Justiça sobre abuso de autoridade

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que convidará representantes do Poder Judiciário e do Ministério Público para que opinem sobre o projeto de lei que trata do abuso de autoridade. Entre os que deverão ser convidados,

ele citou o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, o juiz federal Sérgio Moro e o procurador da República Deltan Dallagnol. “Vindo aqui discutir, eles colaborarão muito mais do que ficar discutindo apenas na mídia”, disse. **2**

Projeto que prevê nova repatriação já está em comissão

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania recebeu o projeto que cria um novo período para a repatriação de recursos não declarados mantidos no exterior. Pela proposta, o prazo será reaberto em fevereiro de 2017. **5**

Chega ao Congresso MP que cria o Cartão Reforma

O governo enviou ao Congresso a medida provisória que cria o Cartão Reforma, benefício financeiro concedido às famílias mais pobres para que adquiram material de construção para a reforma de imóvel residencial. **4**

Plenário votará nomes escolhidos pelo governo para 3 embaixadas

A Comissão de Relações Exteriores sabatinou e aprovou ontem as indicações de Carlos Alberto Simas para embaixador no Paraguai,

Vilmar Coutinho para São Tomé e Príncipe e Luis Antonio Carneiro para a Eslováquia. Os nomes agora serão submetidos ao Plenário. **7**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Aloysio Nunes Ferreira (2º à esq.) conduz a sabatina dos três diplomatas

Projeto livra pequeno município de burocracia **5**

Debate hoje aborda cotas raciais no serviço público **3**

Para parlamentar inglês, lobby requer transparência **8**

Senadores analisam simplificação do sistema tributário **5**

Servidor técnico de faculdade quer ser valorizado

Representantes do corpo técnico-administrativo de universidades do Brasil e de outros países da América Latina afirmaram que a palavra é sempre dada aos professores e aos alunos e que nas discussões os demais

servidores acabam sendo esquecidos. De acordo com eles, que participaram de uma audiência no Senado, só haverá plena democracia nas universidades quando também forem valorizados. **8**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Paulo Paim (C) conduz debate sobre servidores administrativos de faculdades, que reuniu representantes estrangeiros

Renan quer ouvir Judiciário sobre abuso de autoridade

O juiz Sérgio Moro, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, e o coordenador da Lava Jato, Daltan Dallagnol, poderão ser convidados para debater projeto no Congresso, disse o presidente do Senado

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, afirmou ontem que pretende convidar integrantes do Judiciário para discutir o projeto, de autoria dele, que modifica a lei de abuso de autoridades (PLS 280/2016). Renan disse que é importante ouvir o Supremo Tribunal Federal (STF), a Procuradoria-Geral da República (PGR), a Justiça Federal e o Ministério Público sobre a proposta.

— É muito importante que o Supremo, que redigiu a proposta, mande represen-

tante, que o Deltan Dallagnol, procurador da República e coordenador da força-tarefa da Lava Jato, que o [juiz] Sérgio Moro, que o [procurador-geral] Rodrigo Janot se disponham a vir ao Congresso Nacional discutir com relação ao aprimoramento institucional. Tenho absoluta certeza que, vindo aqui discutir, eles colaborarão muito mais do que ficar discutindo apenas na mídia — afirmou Renan.

Segundo o presidente do Senado, a Lei de Abuso de Autoridade, que é de 1965,

precisa ser atualizada.

— [É preciso] fazer um debate público e, ao final, deliberar sobre essa questão, que é muito importante.

No início de julho, Renan reinstalou a Comissão de Consolidação de Leis e Dispositivos Constitucionais, para analisar o PLS 280/2016. O texto, que tem o senador Romero Jucá (PMDB-RR) como relator, define os crimes cometidos por integrantes da administração pública e estabelece punições, como o pagamento de multas e a perda do cargo.

Punições previstas na proposta



Ordenar ou executar captura, detenção ou prisão fora das hipóteses legais ou sem o cumprimento das formalidades: pena de detenção de 1 a 4 anos e multa. A mesma pena vale para quem recolher ilegalmente alguém à carceragem policial.



Deixar de comunicar prisão em flagrante à autoridade judiciária no prazo legal: pena de detenção de 6 meses a 2 anos e multa.



Constranger o preso ou detento a exhibir seu corpo à curiosidade pública, submeter-se a situação vexatória ou constrangimento não autorizado em lei: pena de detenção de 1 a 4 anos e multa.



Ofender a intimidade, a vida privada, a honra ou imagem de pessoa indiciada em inquérito policial, autuada em flagrante delito, presa provisória ou preventivamente, seja ela acusada, vítima ou testemunha de infração penal, constrangendo-a a participar de ato de divulgação de informações a meios de comunicação ou a ser fotografada ou filmada: pena de detenção de 1 a 4 anos e multa.



Constranger alguém, sob ameaça de prisão, a depor sobre fatos que possam incriminá-lo: pena de detenção de 1 a 4 anos e multa.



Submeter o preso a interrogatório policial durante seu período de repouso noturno, salvo se capturado em flagrante delito ou se ele, devidamente assistido, consentir em prestar declarações: pena de detenção de 6 meses a 2 anos e multa.



Dar publicidade, antes de instaurada a ação penal, a relatórios, documentos ou papéis obtidos como resultado de interceptação telefônica, de fluxo de comunicação informática e telemática, de escuta ambiental ou de quebra de sigilo bancário, fiscal ou telefônico autorizados: pena de detenção de 1 a 4 anos e multa.



Exceder-se o agente público, sem justa causa, no cumprimento de ordem legal, de mandado de prisão ou de mandado de busca e apreensão: pena de detenção de 3 meses a 1 ano e multa.

Doação de alimentos pode render benefícios fiscais

Para motivar donos de supermercado, de restaurantes, feirantes e outros empresários a doar alimentos, a Comissão de Agricultura (CRA) deve votar em breve proposta que recompensa as doações com a ampliação do limite de deduções do Imposto de Renda, entre outros benefícios fiscais.

O incentivo está previsto em substitutivo de Lasier Martins (PDT-RS), que prevê a Política Nacional de Combate ao Desperdício e à Perda de Alimentos.

O texto quer promover a doação de alimentos com antecedência mínima de cinco dias antes do fim do prazo de validade na embalagem. Com isso, a empresa pode ter até 5% de dedução no imposto. Hoje, a lei prevê para doações a entidades beneficentes dedução de até 2% do lucro da empresa.

Segundo a presidente da CRA, Ana Amélia (PP-RS), o total de alimentos desperdiçados anualmente no mundo, que passa de 1,3 bilhão de toneladas, justifica o empenho da comissão.

Lasier analisou três projetos que tramitam em conjunto: PLS 672/2015, de Ataídes Oliveira (PSDB-TO), PLS 675/2015, da senadora licenciada Maria do Carmo Alves (DEM-SE), e o PLS 738/2015, de Jorge Viana (PT-AC).

Ele também acatou sugestões de especialistas ouvidos em audiências da comissão. Conforme o texto, além de doadores, também poderão receber benefícios fiscais fabricantes de equipamentos cujo uso ajude a reduzir perdas no processamento de alimentos.

A proposta trata também de um dos principais obstáculos à doação de alimentos, o risco de responsabilização criminal em caso de problema decorrente do consumo do alimento doado. Hoje doadores respondem por danos causados independentemente de culpa. Pelo projeto, o doador de alimentos apenas responderá civilmente quando houver dolo.

Se aprovado sem emendas na CRA, o texto seguirá diretamente para a Câmara.

Aníbal: reformas são inevitáveis e têm apoio popular

José Aníbal (PSDB-SP) defendeu as propostas de teto para os gastos públicos e de reforma do ensino médio. A responsabilidade fiscal e a educação são temas, disse, que decidirão o futuro do Brasil.

Para ele, as reformas são inevitáveis e têm apoio popular. Aníbal avalia que o teto para os gastos públicos é melhor que o aumento de impostos, o que, segundo ele, geraria protestos da sociedade.

— O Brasil perdeu toda a credibilidade do ponto de vista do investidor. O poder público, o governo, não tem capacidade nenhuma de investimento, exaurido pela quebradeira que eles promoveram. Então, é preciso atrair confiança, credibilidade — afirmou.

Ele também defendeu a reforma da Previdência para eliminar as distorções que privilegiam servidores públicos.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Seminário em Mato Grosso avalia programa para aviação regional

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) promoverá hoje, às 9h, um seminário para debater o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional, do governo federal. O encontro integra a agenda de avaliação de políticas públicas da comissão e acontecerá em Cuiabá, na Assembleia Legislativa de Mato Grosso.

Além do relator da avaliação do plano, senador Wellington Fagundes (PR-MT), o seminário ouvirá representantes dos Ministérios dos Transportes, Portos e Aviação Civil e da Integração Nacional. Também devem participar integrantes

da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), da Infraero e do Sindicato Nacional dos Aeronautas, secretários estaduais de Turismo das Regiões Centro-Oeste e Norte e empresas do setor.

O programa foi anunciado em 2012, com a previsão de investir R\$ 7,3 bilhões na reforma de 270 aeroportos de cidades do interior do país. O objetivo era atrair voos comerciais a esses locais. No entanto, o governo anunciou em agosto a redução do escopo do programa para contemplar apenas 53 aeroportos e reduzir os aportes financeiros para R\$ 2,4 bilhões.

Comissão discutirá regularização de condomínios de Brasília

Por iniciativa do senador Hélio José (PMDB-DF), a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realizará uma audiência pública para discutir a regularização de condomínios no Distrito Federal.

O parlamentar se disse preocupado com a derrubada de moradias em condomínios irregulares e a insegurança das famílias que vivem nesses assentamentos urbanos.

O senador sugere que sejam convidados representantes da Secretaria de Patrimônio da

União, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, da Secretaria de Gestão do Território e Habitação do Governo do Distrito Federal, da Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal (Terracap) e do Instituto Brasília Ambiental, entre outras autoridades.

A data da audiência pública será posteriormente divulgada pela CDH.

Programa da TV Senado aborda prós e contras do teto de gastos

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55/2016, que impõe um teto para os gastos públicos pelos próximos 20 anos, acirrou o debate econômico no Congresso. O programa *Agenda Econômica*, da TV Senado, reúne num

debate os senadores Ricardo Ferraço (PSDB-ES), defensor da medida encaminhada pelo governo, e Lindbergh Farias (PT-RJ), contrário à proposta.

Agenda Econômica
Domingo, às 13h e às 23h

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>

CDR Aviação regional
9h Seminário avalia o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional. Em Cuiabá, na Assembleia Legislativa de MT.

PLENÁRIO Discursos
9h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos e avisos da Mesa do Senado.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**:
<http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**:
<http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>
• Alô Senado: 0800 612211
Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania
• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
• TV: senado.leg.br/TV

Comissão instalada ontem vai analisar a folha de pagamentos do Executivo, Legislativo e Judiciário e propor regras para acabar com desvios e supersalários de até R\$ 200 mil

Salários acima de teto são alvo de senadores

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, instalou ontem a comissão especial de senadores que, em 20 dias, vai analisar a folha de pagamentos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

O objetivo é identificar servidores que estejam recebendo acima do teto constitucional, que hoje é de R\$ 33.763, valor do subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

— Essa comissão do extrateto objetiva exatamente levantar em todos os Poderes da República quais são os salários acima do teto para estabelecer uma regra rapidamente e resolver também a desvinculação dos subsídios dos ministros dos tribunais superiores com a administração como um todo, inclusive com os estados — afirmou Renan.

O presidente da comissão será o senador Otto Alencar (PSD-BA), o vice será o senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) e a relatoria ficará com a senadora Kátia Abreu (PMDB-TO), que propôs a criação do colegiado.

Contas públicas

Renan destacou que os servidores do Senado já estão enquadrados no teto constitucional e disse ser inadmissível

a manutenção de “supersalários” num momento de crise econômica.

— Para os agentes públicos, mais do que necessário, é vital aplicar o corte extrateto para ajudar as contas públicas a saírem do atoleiro em que se encontram antes das evocações fáceis de novos impostos. Muito além da austeridade e de bom uso do dinheiro dos impostos, não há como tolerar regalia de qualquer ordem ou desperdícios. É inadmissível que, por falta de vigilância, existam agentes públicos que estejam ganhando mais de R\$ 100 mil e até R\$ 200 mil em salários nas estatais e em outras esferas públicas. Não é admissível, não é sensato. Não é justo com a saúde, não é justo com a educação, não é justo com a segurança pública — afirmou Renan.

Efeito cascata

A relatora da comissão, senadora Kátia Abreu, disse que vai conversar com a presidente do Supremo, ministra Cármen Lúcia, e com o presidente da República, Michel Temer, sobre o assunto.

— Não é uma caça às bruxas. Não existe dinheiro do governo, existe dinheiro da população. Essa é uma grande lacuna no país que carece de regulamentação e que



Kátia Abreu, escolhida para ser relatora, disse que vai discutir o assunto com presidentes do STF e da República

permite várias exorbitâncias e distorções — disse Kátia Abreu.

Segundo Renan, a comissão deverá propor medidas como a desvinculação do subsídio dos ministros de tribunais superiores. Isso evitaria, afirmou, o “efeito cascata” sobretudo no orçamento dos estados. A regulamentação de benefícios como auxílio-moradia e outras indenizações também deverão ser analisados para que sejam incluídos no abate-teto.

— Não faz sentido algum aceitar contrabandos, que, pelo acúmulo de benefícios, de funções ou vantagens

personais, extrapolam o teto — enfatizou Renan.

Contenção

De acordo com o presidente do Senado, a existência de servidores recebendo até R\$ 200 mil por mês decorre da falta de regras rígidas para disciplinar o assunto. Nesse sentido, ele destacou a situação do Rio de Janeiro, que está sem receita para pagar a folha de pessoal.

Renan defendeu ainda que não basta apenas o Poder Legislativo fazer a reforma política. É preciso também, disse, fazer as reformas do gasto público e da Previdência.

— Não tem sentido que esses sacrifícios não sejam distribuídos com a sociedade e que tenhamos no Brasil segmentos inatingíveis. Então é preciso conter a ganância no sentido de pagar salários milionários — declarou o presidente do Senado.

Composição

Além dos senadores Otto Alencar, Antonio Anastasia e Kátia Abreu, formam a comissão os senadores Roberto Requião (PMDB-PR), Reguffe (sem partido-DF), Lasier Martins (PDT-RS), José Pimentel (PT-CE) e Magno Malta (PR-ES).

Senado debate diversidade racial e política de cotas no serviço público

O Senado promove hoje mesa-redonda sobre diversidade racial no serviço público. O objetivo do encontro é compartilhar experiências de órgãos públicos na implementação da política de cotas raciais. As apresentações servirão de subsídio para elaborar um guia de orientação sobre o tema, previsto no plano de ação da sexta edição do Programa Pró-Equidade.

Iniciativa do Comitê-Gestor do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça do Senado, a realização do evento

conta com o apoio da Diretoria-Geral, da Secretaria de Gestão de Pessoas e da Procuradoria da Mulher do Senado.

Reflexão e mudança

Responsável pelo programa, a servidora Maria Terezinha Nunes reforça a importância da reflexão sobre o assunto para conseguir mudanças efetivas na cultura da organização:

— Essa discussão é de suma importância não só para aqueles que trabalham na área de gestão de pessoas, que

vão trabalhar na aplicação do Ato da Comissão Diretora 7/2014 [que prevê a reserva de vagas em concursos e contratos], mas também para que haja avanços na cultura organizacional, pois o programa busca, por meio da informação, reduzir as discriminações e melhorar a qualidade de vida das pessoas nas relações profissionais.

O diretor-adjunto da Secretaria de Gestão de Pessoas, Henrique Gonçalves Cardoso, fará a abertura do evento. A mesa contará com a participação do

doutor em sociologia pela Universidade de Brasília (UnB) e ex-coordenador do Centro de Convivência Negra da Universidade Ivair Augusto dos Santos; do diplomata Ricardo Mendes; da doutora em educação pela UnB Edileuza de Souza; do secretário de Gestão de Pessoas do Ministério do Planejamento, Augusto Chiba; e do representante do Banco do Brasil Wellington de Almeida. A moderação será do consultor legislativo Mário Theodoro, doutor em ciência econômica.

Dário apoia teto dos gastos, mas quer preservar verba para saúde

Dário Berger (PMDB-SC) anunciou voto favorável à PEC que estabelece limite para os gastos públicos por 20 anos. Ele defendeu, no entanto, a preservação dos recursos para a saúde pública.

As críticas da oposição à proposta têm se concentrado no risco de redução de verbas para as áreas de saúde e educação e para programas sociais.

Para o senador, a PEC



do Teto de Gastos prevê o óbvio, que é a impossibilidade de o governo gastar mais do que arrecada. Devido à crise econômica, ressaltou Dário, a proposta é também importante para restabelecer a confiança.

Com o teto, disse o senador, o Congresso terá de retirar dinheiro de outras áreas para investir em saúde no momento em que for votar o Orçamento da União.

Wellington destaca retomada de 1,6 mil obras inacabadas

Wellington Fagundes (PR-MT) comemorou a decisão do governo federal de retomar a construção de 1,6 mil obras inacabadas.

Em Mato Grosso, serão 55 obras, para as quais serão destinados R\$ 54 milhões. Beneficiarão, por exemplo, creches, estradas e centros de iniciação ao esporte.

— Obra inacabada não serve para nada, é prejuízo maior para a população, que não



tem direito de usar o fruto do imposto pago pelo cidadão.

Relator do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2017, ressaltou iniciativa dele para coibir a cultura das obras inacabadas. Ele apresentou dispositivo para que todas as obras acima de R\$ 50 milhões só recebam verba se tiverem projeto executivo e estudo de viabilidade técnica e econômica.

Randolfe: texto que muda acordo de leniência prejudica Lava Jato

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) criticou a tentativa de deputados governistas de votar com urgência na Câmara o projeto que altera regras para elaboração de acordos de leniência (PL 3.636/2015).

O senador lembrou que a proposta exclui a participação do Ministério Público nas negociações e disse que atingirá em cheio a Lava Jato.

— O que se tentou on-



tem [quarta-feira] na Câmara foi um escárnio, um acinte às investigações do Ministério Público Federal para combater o maior esquema de corrupção do país. A modificação da lei só tem um objetivo: impedir que as investigações avancem. O que está previsto é a completa exclusão do MP. O acordo vai deixar de ser de leniência para ser de anistia a crimes — reclamou.

Medida encaminhada pelo governo deve beneficiar 100 mil famílias com a concessão de R\$ 5 mil a cada uma para compra de material de construção em lojas credenciadas

Congresso analisa criação do Cartão Reforma

O GOVERNO ENCAMINHOU ao Congresso a Medida Provisória 751/2016, que cria o Cartão Reforma, benefício para famílias com renda de até R\$ 1,8 mil. Publicada no *Diário Oficial da União* de ontem, a MP dá prioridade a famílias que tenham idosos e pessoas com deficiência.

O benefício, conforme o texto, destina-se exclusivamente à compra de materiais. De acordo com o Ministério das Cidades, que vai gerir o programa, o Cartão Reforma terá R\$ 500 milhões para distribuir a 100 mil famílias, o que dará uma média de R\$ 5 mil para cada uma.

O programa vai operar na forma de concessão de subvenção econômica, ou seja, não é empréstimo — as pessoas não precisarão pagar prestações e juros pelo uso do dinheiro. A subvenção será concedida uma única vez, por grupo familiar e por imóvel. Não pode ser cumulativa com



Prefeitura Municipal de Porto Alegre

A proposta não inclui o pagamento da mão de obra usada nas reformas, o que ficará por conta do próprio beneficiário

outros subsídios concedidos no âmbito de programas habitacionais da União.

Mão de obra

Como a subvenção prevista na proposta destina-se apenas

ao pagamento de materiais, a mão de obra ficará por conta do beneficiário, do município ou da comunidade.

Além de ter renda familiar de até R\$ 1,8 mil, o beneficiário precisa ser proprietário de

imóvel residencial em áreas regularizadas ou passíveis de regularização.

A medida provisória prevê que os participantes do programa que usarem indevidamente os recursos

da subvenção econômica sejam obrigados a ressarcir integralmente os danos causados.

Se comprovado dolo ou fraude, os beneficiários estarão sujeitos, adicionalmente, a pagar multa de pelo menos o dobro do valor da subvenção recebida.

Apoio

Estados, municípios e o Distrito Federal são considerados pela proposta como “entes apoiadores” do programa.

Nessa condição, governos estaduais e prefeituras municipais deverão fazer a seleção dos beneficiários do cartão. Eles também fornecerão assistência técnica e fiscalizarão as obras.

De acordo com o Ministério das Cidades, somente lojas de construção credenciadas pela Caixa Econômica Federal, por meio do Construcard, poderão comercializar os materiais.

Ana Amélia apoia cláusula de barreira para criação de partidos

A senadora Ana Amélia (PP-RS) comemorou ontem a aprovação em primeiro turno da Proposta de Emenda à Constituição 36/2016, que estabelece cláusula de barreira para a criação de novos partidos. A PEC, que ainda precisa passar por mais um turno de votação no Plenário, também proíbe coligações nas eleições para vereador e deputado a partir de 2020.

— Está se criando uma forma de tornar o partido político e o sistema po-



lítico-partidário muito mais honesto e mais decente. A estimativa é de que a gente passe a ter dez partidos políticos — disse.

Ana Amélia lembrou que há 35 partidos políticos no país, o que, a seu ver, torna o sistema confuso. Para ela, é preciso criar um sistema mais puro e bem estruturado. Muitos partidos hoje, argumentou, não passam de bons negócios para vender tempo de rádio e TV e ter acesso ao Fundo Partidário.

Vanessa quer que governo ajude setor de saúde do Amazonas

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) pediu em Plenário interferência do governo federal para resolver a crise pela qual passa o setor de saúde no Amazonas. Segundo ela, a falta de leitos, remédios, insumos e técnicos inviabiliza o atendimento.

A senadora denunciou a existência de 3 mil médicos que atuam em 13 cooperativas com salários atrasados e sem condições de trabalho.

— Houve a paralisação do serviço aeromédi-



co, que desloca pacientes do interior para a capital, em um estado com muitos municípios com acesso somente por avião ou barco. Isso significa determinar a morte dessas pessoas que dependem do transporte de urgência — afirmou.

A senadora lembrou também que a Procuradoria da Mulher no Senado promoverá em dezembro seminário sobre o empoderamento feminino e a participação da mulher na política.

Petecão busca transformar o imposto sindical em contribuição

Transformar o imposto sindical, hoje obrigatório para todos os trabalhadores, em contribuição a ser cobrada apenas daqueles que são sindicalizados.

Esse é o objetivo de projeto de lei do senador Sérgio Petecão (PSD-AC), que ontem defendeu a proposta em pronunciamento no Plenário.

Ele elogiou a designação do senador Wilder Moraes (PP-GO) como relator do texto (PLS 385/2016) na Comissão



de Assuntos Sociais (CAS).

Petecão informou que mais de 50 mil pessoas já manifestaram apoio ao projeto e apenas 700 disseram ser contra, em enquete mantida pelo Portal do Senado.

— Na minha concepção, esse imposto prejudica o trabalhador. Aquele que quiser poderá dar todo o seu salário para o sindicato, não há problema, mas não pode ter imposição, deve ser uma contribuição — enfatizou.

Amorim relata pedidos a Temer sobre segurança em Sergipe

Os senadores de Sergipe reuniram-se esta semana com o presidente Michel Temer e o ministro da Justiça, Alexandre Moraes, para tratar de ações de segurança pública para o estado.

Segundo o senador Eduardo Amorim (PSC-SE), que fez um balanço do encontro em discurso ontem, o Anuário Brasileiro da Segurança Pública de 2016 apontou Sergipe como o estado mais violento do país. Por isso, a bancada sergipana no



Senado resolveu pedir ajuda do governo federal com ações do Plano Nacional de Segurança Pública e o envio ao estado da Força Nacional de Segurança.

O registro de 57,3 mortes para cada 100 mil habitantes em 2015 foi a marca que levou Sergipe para o topo no ranking.

— É uma guerra de brasileiros contra brasileiros. Em Sergipe, a vida está valendo menos que um celular usado — comentou Amorim.

Reguffe propõe limitação de taxa de juros para o consumidor

A apresentação de um projeto para limitar as taxas de juros cobradas do consumidor final foi anunciada ontem pelo senador Reguffe (sem partido-DF). Ele propõe que o Comitê de Política Monetária (Copom) passe a definir a cada trimestre a taxa máxima de juros, além de estabelecer a taxa básica (Selic), o que já é feito atualmente.

Hoje, disse Reguffe, os juros cobrados por bancos e por cartões de



crédito são exorbitantes. Ele citou exemplos que podem ser vistos no site do Banco Central, como 513% de juros anuais cobrados no cheque especial e 1.360% no cartão.

Reguffe disse ainda que cada ponto percentual a menos na Selic traz economia de R\$ 17 bilhões por ano com juros da dívida pública.

— Se se quer arrumar recursos, um caminho é reduzir as taxas de juros.

Paim defende mais recursos para universidades públicas

Paulo Paim (PT-RS) destacou ontem a importância da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs) e lembrou que sempre destina parte de suas emendas individuais para o fortalecimento da instituição. Com 23 cursos de graduação, a Uergs está presente em todo o estado e há 15 anos adotou política de inclusão e promoção da igualdade racial, informou.

O senador lamentou, no entanto, que a ins-



tuição passe por dificuldade financeira para o início de obras de expansão. Ele disse que o problema financeiro, que também atinge as universidades federais no estado, ocorre por causa do contingenciamento orçamentário promovido desde 2014.

— A situação é lamentável, os reitores estão se mobilizando, tanto das universidades estaduais como federais, para fazer um grande encontro em nível nacional — disse.

Comissão analisa novo projeto para repatriação de recursos do exterior

Pela proposta, que aguarda relator na CCJ, prazo para legalização de bens será reaberto em fevereiro, com imposto de 17,5%. No prazo anterior, encerrado em outubro, governo arrecadou R\$ 46,8 bilhões

JÁ ESTÁ NA Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o novo projeto da repatriação de recursos do exterior.

Apresentada pela Comissão Diretora do Senado, a proposta (PLS 405/2016), que reabre o prazo para a legalização de bens de brasileiros no exterior, aguarda a definição de relator na comissão.

De acordo com o projeto, o prazo para adesão ao Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária será reaberto em 1º de fevereiro de 2017.

A CCJ recebeu a proposta na manhã de ontem e será a única comissão da Casa a analisar o

texto, que, se aprovado, seguirá para o Plenário. O presidente do Senado, Renan Calheiros, espera que a votação seja concluída até o fim deste ano.

O prazo para a repatriação, previsto na lei em vigor, encerrou-se em 31 de outubro com uma arrecadação de R\$ 46,8 bilhões, segundo a Receita Federal. Para escapar de crimes financeiros como sonegação, os contribuintes pagaram uma multa e imposto de 15%.

Alíquota maior

O PLS 405/2016 aumenta a alíquota do imposto para 17,5%. De acordo com o presidente do Senado, trata-se de uma segunda chance de

adesão, mas que custará um pouco mais caro. Segundo ele, o projeto é uma medida criativa para ajudar o país a sair da crise.

Além de Renan, assinam a proposta os senadores Romero Jucá (PMDB-RR), João Alberto Souza (PMDB-MA), Zeze Perrella (PTB-MG) e Gláson Cameli (PP-AC), todos membros da Mesa do Senado.

Renan descartou a inclusão, no texto do projeto, de dispositivo que abriria a possibilidade de políticos e familiares legalizarem os bens mantidos fora do Brasil:

— Não vejo necessidade de alterar a lei que já produziu grandes resultados — disse.



Jone de Araújo/Agência Senado

Para Renan, nova chance de adesão é uma forma de ajudar o país a sair da crise

PEC da Desburocratização prevê regras para pequenos municípios

A PEC da Desburocratização (Proposta de Emenda à Constituição 57/2016) será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Lida em Plenário na terça-feira, a proposta busca diminuir a burocracia em procedimentos fiscais e tributários, especialmente para municípios menores, prevê a elaboração de um Estatuto do Contribuinte e também incentiva a aplicação de tratamento diferenciado e simplificado para microempresas e empresas de pequeno porte.

O texto resulta de trabalho da Comissão de Juristas da Desburocratização (CJD), criada pelo Senado para propor iniciativas que diminuam a burocracia na administração pública. A comissão sugeriu ainda o PLS 406/2016, que reforma o Código Tributário (veja ao lado), também encaminhado à análise da CCJ.

Pequeno município

Uma das principais mudanças previstas na PEC 57/2016 é a definição, por lei complementar, do conceito de “pequeno município”, entidade da Federação à qual deverão ser asseguradas normas simplificadas para balancetes e prestação de contas. A proposta permite a delegação de competência para que o estado em que estiver localizado o pequeno município assumira a cobrança e a fiscalização dos tributos de seu âmbito.

De acordo com a PEC, lei complementar deverá ser editada para reunir regras de

desburocratização a serem observadas por todos os entes federados. Também passarão a ser regidas por lei complementar, segundo o texto, as diretrizes gerais relativas a processo administrativo fiscal, substituição, eficiência e moralidade tributárias e vedação de confisco.

A PEC também prevê a elaboração do Estatuto de Defesa dos Direitos dos Contribuintes da União, Estados, Municípios e Distrito Federal.

Cobrança de tributos

Para facilitar a elaboração da proposta orçamentária no que se refere à enumeração de tributos e suas bases de cálculos, a PEC propõe a introdução da regra da anterioridade plena, ou seja, um tributo só poderá ser cobrado se tiver sido instituído ou majorado até 30 de junho do exercício anterior. O objetivo é permitir mais planejamento no encaminhamento do texto orçamentário ao Parlamento.

O texto também revoga dispositivo da Constituição para remeter as exigências de certidões negativas de tributos a leis simples, infraconstitucionais.

A PEC propõe a exigência de diferenciação, pautada pela simplificação, para microempresas e empresas de pequeno porte, no âmbito de normas gerais aplicáveis às empresas. O objetivo é dar mais eficácia ao dispositivo constitucional que garante tratamento jurídico diferenciado às micros e pequenas empresas.

Proposta busca simplificar o sistema tributário

Foi encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) projeto que altera o Código Tributário Nacional (CTN — Lei 5.172/1966) com o objetivo de simplificar o sistema tributário brasileiro. Resultado do trabalho da Comissão de Juristas da Desburocratização, a proposta (PLS 406/2016 — Complementar) foi aprovada pela Comissão Diretora do Senado e apresentada no Plenário na terça-feira.

Uma das alterações garante que os créditos devidos ao contribuinte, em caso de pagamento em excesso ou devolução por imposição legal, sejam corrigidos de acordo com os mesmos índices aplicados para as dívidas com a Fazenda Pública.

Foram estabelecidos critérios para a imputação de responsabilidades aos sócios em caso de dissolução irregular da empresa. De acordo com o projeto, só haverá a imputação de responsabilidades se a pessoa jurídica for inexistente ou se a empresa deixar de apresentar à autoridade fiscal as declarações exigidas por dois

anos consecutivos, e não for localizada pela administração.

O texto prevê também a compensação tributária, isto é, a garantia aos detentores de créditos da possibilidade de compensá-los com qualquer tributo ou contribuição. A mudança sugerida no CTN estabelece que a compensação pode se dar com todos os tributos, e não apenas com as contribuições previdenciárias, como ocorre atualmente. O mecanismo deverá ser estendido aos estados e municípios, desde que a compensação ocorra na mesma esfera da administração.

Outra mudança é a exigência de que a fiscalização pelo Fisco tenha início somente por meio de ordem específica e devidamente fundamentada, excetuados os casos de flagrante. Além disso, a existência de débitos com a Fazenda não poderá impedir o contribuinte de participar de licitações, de contratar com a administração pública e de realizar outros negócios jurídicos. Essas atividades só serão restritas para contribuintes

declarados inaptos ou em caso de necessidade de registro especial de funcionamento.

Alguns dispositivos visam diminuir a burocracia nos negócios. A certidão de débitos tributários, por exemplo, deverá ser disponibilizada na internet e expedida em até 24 horas. O projeto simplifica ainda os procedimentos para inscrição e cancelamento no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas (CNPJ), com o objetivo de agilizar a abertura e o fechamento de empresas.

Comissão de juristas

Ao anunciar a apresentação da proposta durante a sessão do Plenário na terça-feira, o presidente do Senado, Renan Calheiros, ressaltou a importância das mudanças, que, segundo ele, vão ampliar a segurança jurídica, gerando tranquilidade e evitando surpresas para o contribuinte.

— São várias propostas de alteração do Código Tributário, mas algumas, em especial, merecem um destaque por estabelecer uma isonomia, um equilíbrio já muito cobrado pela sociedade brasileira.

Renan elogiou a contribuição da Comissão de Juristas da Desburocratização, que elaborou o anteprojeto, e destacou que os senadores agora terão oportunidade de aprimorar os textos propostos pelos juristas que participaram dos debates sobre o tema.

O anteprojeto foi entregue pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Mauro Campbell a Renan Calheiros, na terça-feira.



Jone de Araújo/Agência Senado

Mauro Campbell no dia da entrega do anteprojeto à Presidência do Senado

Secretários-gerais dos parlamentos dos países de língua portuguesa participam de evento para compartilhar experiências de trabalho

Participação de servidores na gestão do Senado é destaque em encontro

O TRABALHO DE planejamento estratégico do Senado foi apresentado aos secretários-gerais dos parlamentos de língua portuguesa que estão em visita ao Congresso Nacional.

A palestra de quarta-feira fez parte do 1º Encontro de Gestão Estratégica da Associação dos Secretários-Gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa, iniciado na segunda-feira. Representantes do Poder Legislativo de Portugal, Guiné-Bissau, Timor-Leste, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde participam do evento, organizado pelas Diretorias-Gerais do Senado e da Câmara dos Deputados. O objetivo é compartilhar experiências bem-sucedidas e discutir formas de promover a gestão estratégica no Legislativo.

Engajamento

A palestra foi feita pelo diretor-geral-adjunto de Gestão do Senado, Gustavo Ponce de Leon, que destacou a participação dos servidores no processo de gestão. Segundo ele,



Gustavo Ponce de Leon diz que é preciso aproximar o servidor da gestão administrativa, criando canais de diálogo

o planejamento estratégico alcança melhores resultados quando há engajamento de todos.

O diretor citou iniciativas da Casa para envolver o servidor nas decisões tomadas pela administração. Entre elas, está a criação de espaços de diálogo e trocas de experiências.

— O projeto Manhã de Ideias mostra isso. Uma tentativa de aproximação entre os servido-

res e a alta gestão. É um canal de comunicação para ouvir dos servidores propostas que podem melhorar a gestão do Senado. Cada servidor tem 15 minutos para apresentar sugestões e falar diretamente com a direção — contou.

Compromissos

Ponce de Leon enfatizou os compromissos e os valores que orientam o planejamento

estratégico do Senado, como utilização responsável dos recursos públicos e desenvolvimento de ações de sustentabilidade, acessibilidade, igualdade e transparência, além da proteção e preservação da memória da instituição.

Além de palestras, a programação do encontro inclui visitas guiadas às dependências do Senado e da Câmara dos Deputados.

Infanticídio entre os índios será tema de debate em comissão

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) fará na segunda-feira, às 9h, uma audiência pública para discutir um projeto de lei que cria ferramentas para a fiscalização e o combate de práticas que atentem contra os direitos humanos em comunidades indígenas, em especial o infanticídio.

O PLC 119/2015, do ex-deputado Henrique Afonso, modifica o Estatuto do Índio para criar proteções a crianças, pessoas com deficiência e idosos de comunidades indígenas que possam ter sua integridade física e psíquica ameaçada em razão de práticas culturais.

O texto reafirma o respeito aos costumes tradicionais dos indígenas, mas coloca como dever a ação do Estado quando esses costumes violam direitos humanos.

A audiência terá como convidados Henrique Afonso; Maria Barreto, doutora pela Universidade de Salamanca (Espanha) e especialista no tema; e Kakatsa Kamayura, sobrevivente de infanticídio e líder do projeto Tekonoe, que dá assistência a crianças e mulheres indígenas.

Raupp comemora resultado de leilão de transmissão de energia

Valdir Raupp (PMDB-RO) celebrou ontem no Plenário o resultado do primeiro leilão de linhas de transmissão de energia do governo Temer. O negócio gerou R\$ 11,6 bilhões em investimentos — o correspondente a 92% da previsão inicial, R\$ 12 bilhões — e resultou na venda de 21 dos 24 lotes ofertados.

— No último leilão, em 2015, apenas 9 dos 25 lotes encontraram interessados. A mudança nas regras foi positiva. São melhores taxas de retorno, maior prazo para execução da obra e menor participação do BNDES.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Regina Sousa sugere mudanças no projeto agrícola do Matopiba

Regina Sousa (PT-PI) pediu mudança de rumos no Projeto Matopiba, implantado em região formada pelo Tocantins e por partes do Maranhão, do Piauí e da Bahia.

— O Matopiba precisa promover inovação e pesquisa e apoiar as comunidades rurais, levando assistência técnica para pequenos e médios agricultores. Isso, sim, trará reflexo positivo para as comunidades e os pequenos e médios municípios, fixando as pessoas no campo.

A região apresenta acelerado crescimento da área plantada com grãos, especialmente soja.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Pinto Itamaraty defende proposta que institui passe livre

Pinto Itamaraty (PSDB-MA) defendeu a aprovação do PLS 353/2016, que institui o passe livre estudantil e cria o fundo federal do passe livre. O senador é o relator do projeto na Comissão de Educação (CE).

Apresentado por Roberto Rocha (PSB-MA), atualmente licenciado, em parceria com Lídice da Mata (PSB-BA), o projeto deve beneficiar os alunos da rede pública e os bolsistas da rede privada de ensino fundamental e médio.

Pinto Itamaraty lembrou que o passe livre estudantil foi uma das bandeiras durante as manifestações de 2013.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

País deve decidir se quer prevenir ou reprimir violência, diz Medeiros

O senador José Medeiros (PSD-MT) adverte que o país precisa tomar uma decisão sobre qual tipo de política de segurança pública vai adotar, se preventiva ou repressiva.

Para ele, o combate à violência é o grande desafio do país. Após observar que Mato Grosso tem quase duas vezes o tamanho da França, o senador disse que, pela fronteira do estado, carros roubados em todo o Brasil são levados para a Bolívia em troca de armas de grosso calibre e drogas.

Medeiros disse que o índice de solução de homicídios no país é muito baixo.



Waldemir Borneo/Agência Senado

Pastor Valadares pede fiscalização dos planos privados de saúde

Pastor Valadares (PDT-RO) defendeu mais investimentos na saúde pública, fiscalização dos planos privados e a regulamentação do setor para que os usuários tenham segurança.

Por causa dos já conhecidos problemas da saúde pública, o senador disse que muitas pessoas optaram por planos privados. No entanto, a crise econômica tem feito as famílias abandonarem os planos.

Com a redução do número de associados, os planos privados passaram a limitar a cobertura, o que prejudica os que continuam pagando, lamentou Pastor Valadares.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Diretor-adjunto: Sílvio Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana
Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão
Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella, Ronaldo Alves e Wesley Moura
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Comissão aprova nomes para três embaixadas

Foram sabatinados e aprovados ontem, na Comissão de Relações Exteriores, os indicados para as representações brasileiras no Paraguai, São Tomé e Príncipe e Eslováquia

TRÊS INDICAÇÕES PARA embaixadas com realidades muito distintas foram aprovadas ontem pela Comissão de Relações Exteriores (CRE). Os nomes serão agora submetidos ao Plenário. O maior debate ocorreu com o indicado para a representação brasileira no Paraguai, Carlos Alberto Simas. O tema principal foi a política agressiva para atração de empresas brasileiras que queiram investir no país vizinho. Os outros indicados foram Vilmar Rogeiro Coutinho para a pequena nação de língua portuguesa São Tomé e Príncipe e Luis Antonio Balduino Carneiro para a Eslováquia, país do leste europeu com quem o Brasil possui baixíssimo volume de exportações.

Na sabatina sobre o Paraguai, país que oferece baixo custo da mão de obra e vantagens fiscais aos empreendedores brasileiros, Ana Amélia (PP-RS) disse que essa política agressiva de atração de investimentos deve ser debatida e regulada no âmbito do Mercosul.

— O Sul de nosso país tem sofrido muito com a instalação de free shops incentivada pela Argentina e pelo Uruguai nas áreas de fronteira com o Brasil. E o Paraguai agora tem essa estratégia de se tornar uma espécie de China sul-americana, uma plataforma de exportação para toda a região — comparou.

Tasso Jereissati (PSDB-CE) reclamou que o Nordeste brasileiro, especialmente Ceará e Bahia, têm sofrido e devem sofrer ainda mais com a ida de investimentos brasileiros para o Paraguai. Citou especificamente casos como os das companhias Riachuelo e Estrela, que, “como consequência, geram desemprego e aprofundam desigualdades regionais”, já que os acordos referentes ao Mercosul tornariam impossível concorrer com as vantagens oferecidas pela nação vizinha.

— Nem Imposto de Renda

Aloysio diz que Trump criará “problema diplomático sério” se expulsar imigrantes

Durante a reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o presidente do colegiado, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), disse que a eleição de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos traz neste momento a indagação de que “se ele como presidente empossado será o mesmo homem da campanha eleitoral”.

Aloysio fez a declaração ao falar sobre a expulsão

deles têm, além de mão de obra barata, baixíssimos encargos sociais e também custo muito baixo de energia — observou Tasso, para quem “superar nossas desigualdades é mais importante que o Mercosul”.

Na resposta aos senadores, Simas reconheceu que desafios referentes à integração fiscal e prejuízos para setores localizados estão presentes desde a fundação do Mercosul, em 1991. Mas acredita que o fenômeno apontado por Tasso ainda não tem dimensão capaz de provocar prejuízos estruturais na dinâmica econômica do Brasil, embora as questões regionais apontadas tanto por ele quanto por Ana Amélia “mereçam toda a atenção de nossa atuação em Assunção e dessa maneira serão tratados”.

— É importante lembrar que o Brasil também ganha muito com o Mercosul, inclusive o setor privado. Exportamos bem pra todos eles — destacou.

Essa estratégia também foi defendida por Armando Monteiro (PTB-PE), que admite que setores de confecção podem se sentir atraídos pelo Paraguai, mas que o setor industrial brasileiro é beneficiado por esse processo ao substituir importações provenientes da China, com impactos positivos sobre o nosso mercado de trabalho.

Contrabando

Lasier Martins (PDT-RS), Edison Lobão (PMDB-MA) e Ana Amélia também questionaram Simas sobre as questões na fronteira Brasil-Paraguai, onde há grande contrabando de drogas e armas.

Lobão chegou a dizer que o governo brasileiro sofre prejuízo “de R\$ 100 bilhões por ano” por causa do problema. Simas admitiu a “gravidade e delicadeza” da questão, citando que ela passa por reforço das duas nações em suas táticas de inteligência, repressão à criminalidade e fortalecimento de vigilância nas fronteiras.

Pediu ainda a compreensão

dos imigrantes ilegais, uma das principais promessas de campanha de Trump.

O senador, que também é líder do governo Michel Temer, avaliou que o presidente eleito para a nação norte-americana criará um problema sério para a diplomacia brasileira caso resolva cumprir de fato essa promessa, lembrando que entre os imigrantes ilegais existem muitos brasileiros.



Aloysio (2º à esq.) conduz debate com os diplomatas Simas para Paraguai, Balduino para Eslováquia e Coutinho para São Tomé

dos parlamentares por não poder “aprofundar muito a temática numa reunião pública”, chegando a citar que o Paraguai assinou recentemente acordos de cooperação com os Estados Unidos e Israel para incrementar seu setor de inteligência.

São Tomé e Príncipe

O diplomata Vilmar Rogeiro Coutinho, indicado para chefiar a embaixada brasileira em São Tomé e Príncipe, foi questionado por Lasier sobre a pertinência de o Brasil manter embaixadas em inúmeras nações pequenas diante do aprofundamento da crise econômica. Muitas delas foram abertas nos últimos anos.

Coutinho defendeu a continuidade dessa política pelo Itamaraty, frisando que sua opinião independia de sua indicação. Ele completou que São Tomé e Príncipe é um caso peculiar para o Brasil, por ser um país de língua portuguesa. Além disso, considerou ser muito restrito avaliar nossa presença em pequenos países apenas sob ponto de vista de natureza contábil.

Lembrou ainda que fatores ligados às relações geopolíticas fazem com que São Tomé e Príncipe, entre tantas outras nações pequenas e soberanas no mundo, tenham voto em diversos organismos internacionais, com peso igual ao de nações grandes como o próprio Brasil.

— Abrir e manter uma embaixada em qualquer país tem custo, sim. É o preço a se pagar buscando o incremento comercial, político, cultural e outros. Mas como calcular o custo de não se ter representação alguma e, pior ainda, o custo político, que, a meu ver, seria incalculável de se fechar uma embaixada já existente? — ponderou Coutinho. O diplomata pediu que cada senador tenha esse ponto em mente ao discutir o tema.

Ele reconheceu que até o momento o intercâmbio comercial do Brasil com São

Tomé e Príncipe é muito pequeno, durante anos as exportações não chegaram sequer a US\$ 1 milhão.

Coutinho afirmou que pretende reforçar esses laços e lembrou que a nação africana já assinou acordos com Nigéria e Guiné Equatorial buscando incrementar a produção de petróleo no seu território, o que “pode dar novo rumo ao país, como aconteceu na Guiné”.

Eslováquia

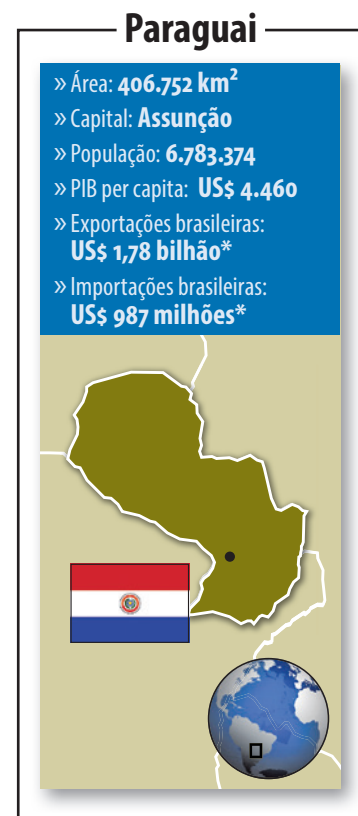
A terceira indicação aprovada pela CRE foi do diplomata Luis Antonio Balduino Carneiro para chefiar a representação brasileira na Eslováquia. Balduino vê como “desafio” incrementar os laços comerciais com a nação do leste europeu, admitindo serem pequenos e deficitários para o Brasil.

Em 2015 as exportações para a Eslováquia foram de apenas US\$ 21 milhões, enquanto as importações de produtos eslovacos atingiram US\$ 118 milhões.

— São intercâmbios bilaterais que vejo como muito pequenos ainda. Faço comparação com a Noruega, para onde exportamos US\$ 678 milhões e importamos US\$ 776 milhões — disse, argumentando que parte do déficit com a Eslováquia se dá devido ao desconhecimento

do empresariado brasileiro quanto ao potencial do país, que possui renda per capita bastante elevada.

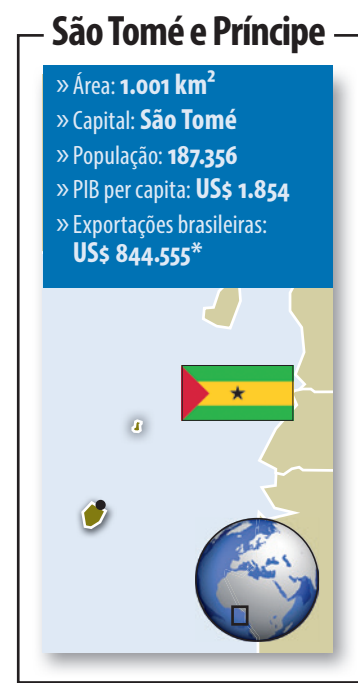
Ele pretende reforçar estratégias na Agência Brasileira de Promoção de Exportações (Apex) e a participação de empresas brasileiras em feiras comerciais na Eslováquia, além da divulgação de publicações técnicas voltadas aos empresários sobre como exportar para aquela nação.



Fonte: Ministério das Relações Exteriores. *Dados de janeiro a outubro de 2016



Fonte: Ministério das Relações Exteriores. *Dados de janeiro a outubro de 2016



Fonte: Ministério das Relações Exteriores. *Dados de janeiro a outubro de 2016



O senador Paulo Paim (E) comanda a audiência, que contou com debatedores do Equador, da Bolívia, da República Dominicana, da Nicarágua e da Argentina

Funcionários administrativos das universidades se dizem esquecidos

Entidades brasileiras e estrangeiras afirmaram que, para que ensino superior seja democrático, técnicos também precisam ser ouvidos

REPRESENTANTES DE UNIVERSIDADES do Brasil e de outros países da América Latina afirmaram ontem numa audiência pública no Senado que os funcionários técnico-administrativos das instituições de ensino superior ainda não recebem o devido valor.

— Muitas vezes o técnico que trabalha nas universidades tem um papel invisível. O foco está sempre nos professores e nos alunos — afirmou a coordenadora-geral da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra), Leia Oliveira.

Leia falou na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), que promoveu um debate sobre o papel dos trabalhadores da educação na construção de uma universidade mais democrática na América Latina. A audiência pública foi uma sugestão da Fasubra.

— A universidade ainda precisa caminhar muito para ser considerada, de fato, democrática — acrescentou ela.

A coordenadora-geral da Fasubra sugeriu a criação de uma federação internacional de técnicos-administrativos

das universidades da América Latina e do Caribe.

O secretário-adjunto da Associação dos Funcionários não Docentes da Universidade de Buenos Aires, Marcelo Di Stefano, afirmou que a criação de uma grande federação latina é um sonho para toda a categoria dos trabalhadores das universidades. Ele pediu a união dos povos latinos por uma educação de qualidade na região e disse que a educação exige um debate mais inclusivo, com a participação mais efetiva dos trabalhadores:

— A educação é um assunto muito importante para ficar na mão de poucos ou só na mão de políticos.

Teto de gastos públicos

Para a secretária da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Universitários da Nicarágua, Mercedes Sánchez, o investimento em educação pode garantir uma democracia mais efetiva. Ela ainda pediu mais união dos trabalhadores da educação:

— Desunidos, não somos nada. Unidos, somos tudo.

O secretário-geral da Agremiação Federal dos Funcionários da Universi-

dade da República do Uruguai, Daniel Oliveira, chamou o impeachment da ex-presidente Dilma de “farsa” e criticou a PEC do Teto dos Gastos (PEC 55/2016). Para ele, a medida pode reduzir recursos para a educação e comprometer as gerações futuras do Brasil.

Oliveira ainda cobrou uma “voz mais ativa” dos trabalhadores dentro das universidades e mais investimentos na educação pública.

— Com universidades mais fortes, teremos países mais livres — declarou. Representantes da República Dominicana, do Equador e da Bolívia também participaram do debate.

O presidente da CDH, senador Paulo Paim (PT-RS), agradeceu a participação dos representantes dos “países amigos” e lembrou que a busca da integração cultural e política do Brasil com a América Latina está prevista na Constituição de 1988.

Paim também elogiou os estudantes brasileiros, que estão “ocupando mais de 1,2 mil escolas e universidades” em defesa da educação. Ele ainda afirmou que justiça social e democracia são valores que caminham juntos e lamentou “políticas restritivas” do governo.

Para sindicalistas e juristas, PEC do Teto de Gastos afetará saúde

Juristas, sindicalistas e políticos criticaram ontem na Câmara Legislativa do Distrito Federal, numa audiência organizada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55/2016, que limita os gastos públicos por 20 anos.

De acordo com eles, a medida representará cortes em direitos da população como saúde e educação.

O debate foi comandado pelo senador Paulo Paim (PT-RS) e pelo deputado distrital Chico Vigilante (PT).

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 432/2013, que propõe a alteração do conceito de trabalho escravo, limitando-o a trabalho forçado, e a proposta de reforma da Previdência que o governo pretende enviar ao Congresso Nacional também receberam duras críticas dos participantes da audiência pública.

De acordo com Paim, o governo do presidente Michel Temer realiza estudos para aumentar a idade mínima de aposentadoria para 65 anos, reduzir pela metade o valor base da aposentadoria ou pensão e elevar a contribuição de 11% para 14%.

O senador disse que, segundo as informações que constam de uma reportagem publicada pelo jornal *O Globo*, o trabalhador se aposentará mais tarde e pagará mais e o teto da aposentadoria terá valor reduzido.

— Vai virar um salário mínimo para todo mundo — assinalou o senador.

No que ele chama de “luta em defesa dos trabalhadores”, Paim já promoveu debates no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, em Alagoas, no Espírito Santo, em Goiás e em São Paulo.

Regulamentação do lobby tem de exigir muita transparência, diz parlamentar britânico

No momento em que o Congresso Nacional discute a regulamentação do lobby, um seminário realizado na quarta-feira na Câmara dos Deputados mostrou como o assunto é tratado no Reino Unido, que tem o Poder Legislativo mais antigo do mundo.

Com a participação de três parlamentares britânicos, o evento apontou a transparência como a principal base para disciplinar as relações entre congressistas e os encarregados de defender interesses privados.

— Não há nada errado em fazer lobby, mas precisamos garantir que não haja corrupção nem que ele seja adotado na defesa de interesses injustos em relação a outros grupos sociais — disse

Dave Watts, parlamentar que representou o Partido Trabalhista na Câmara dos Comuns (equivalente à Câmara dos Deputados) durante 18 anos e hoje é membro da Câmara dos Lordes (equivalente ao Senado).

A legislação britânica estabelece regras claras e restritivas em relação a assuntos como recebimento de presentes, pagamento de despesas pessoais, doações eleitorais e procedimentos a serem seguidos nos encontros entre lobistas e parlamentares. No último caso, a agenda dos encontros deve ter divulgação pública e as conversas são gravadas.

Projetos de lei

O tema foi debatido durante o 3º Seminário Internacional

de Boas Práticas Legislativas Brasil/Reino Unido, organizado pela embaixada britânica com o apoio do Centro de Formação da Câmara dos Deputados (Cefor) e das Consultorias Legislativas da Câmara e do Senado.

O Brasil não tem o lobby regulamentado, embora o

assunto seja objeto de vários projetos de lei em análise na Câmara e no Senado. O mais recente deles é a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 47/2016, do senador Romero Jucá (PMDB-RR), que sugere mudanças substanciais para tratar legalmente a questão.

Watts observou que a discus-

são sobre o lobby é sempre polêmica. Ele apontou como uma demonstração disso a opinião de que, a despeito dos avanços ocorridos, mesmo a legislação em vigor na Grã-Bretanha merece aprimoramento.

ONGs poderosas

Esse é um ponto de vista que ele compartilha com os outros dois parlamentares presentes no seminário — Laurence Robertson e Graham Brady, ambos representantes do Partido Conservador na Câmara dos Comuns.

— Um dos problemas é que os servidores públicos e as organizações não governamentais, e temos lá muitas ONGs poderosas, não estão sujeitos à legislação — afirmou Robertson.



Os britânicos Dave Watts, Graham Brady e Laurence Robertson no seminário